PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

ATA DA 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2022
COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)

Informações Gerais
Data: *29 de março de 2022*
Horário: *14:00h às 17:00h*
Local: *Plataforma virtual Google Meet*

Pauta
• Mapa Estratégico ciclo 2021-2026; • Análise estatística; • Resultados da estratégia em 2021; • Responsabilidade sobre objetivos, metas e indicadores; e • Iniciativas estratégicas e colegiado de desempenho finalísticos

DELIBERAÇÕES

Abertura

Com autorização do coordenador do Comitê de Governança e Estratégia (CGE), Desembargador-Presidente Ricardo Antônio Mohallem, a secretária de Gestão Estratégica, Patrícia Helena dos Reis, abriu a reunião inaugural do colegiado, no exercício de 2022, dando as boas-vindas aos presentes e esclarecendo que a presente reunião está alinhada com uma das atribuições previstas na Resolução GP n. 179/2021, que instituiu o CGE, qual seja, monitorar a implementação da estratégia, avaliar os resultados das ações institucionais e, se necessário, promover alterações no PEI (art. 3º, II)

Itens da pauta

Apresentação da RAE

1. O Mapa Estratégico ciclo 2021-2026 foi apresentado pelo chefe da Seção de Planejamento e Estatística (SPES), Olavo de Oliveira Dantas.

	PODER JUDICIÁRIO **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO** **Secretaria de Gestão Estratégica**

ATA DA 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2022
COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)

- As RAEs são realizadas no mínimo quadrimestralmente, em conformidade com a Resolução CNJ n. 325/2020, que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e dá outras providências.

Análise Estatística

2. A **análise estatística dos dados de litigiosidade de 1º e 2º graus** (resultados de 2021 comparados com os resultados de 2020) foi apresentada pelo chefe substituto da Subseção de Estatística, Victor Aubin Verzani Souza, utilizando-se o Power BI, tendo como fonte de dados o eGestão.

   - A apresentação dos dados estatísticos que extrapolam os resultados institucionais, do ponto de vista das metas, é uma obrigatoriedade definida pelo CNJ e faz parte dos itens de aferição do Prêmio CNJ de Qualidade.

   - 1º grau - conhecimento: distribuídos x solucionados – em relação a 2020, houve crescimento de processos distribuídos de 9,88% e de processos solucionados de 27,16%.
     - Os dados estatísticos foram analisados pelos presentes preponderando os questionamentos quanto aos motivos do aumento dos processos

solucionados em 2021: melhor adaptação ao trabalho remoto, retomada das audiências suspensas em 2020, aumento do incentivo para inclusão dos processos em pauta para julgamento;

- Os dados de solucionados englobam processos com exame de mérito e sem exame de mérito. Já os distribuídos, não englobam os processos redistribuídos;
- Deliberação: A SEGE irá encaminhar aos membros os resultados comparativos de 2016-20187-2018-2019-2020-2021 para análises.
- Foi ressaltado que, no último item da reunião, será discutida a proposta de criação de grupo de trabalho para tratar das análises, bem como das comparações, rastreamento das tendências e levantamento de oportunidades de melhorias, relacionados ao desempenho finalístico do regional.
- Deliberação: a Diretora Judiciária encaminhará aos membros as ações adotadas que contribuíram para os resultados das metas em 2021.
- Foram evidenciados pelo Vice-Corregedor dois fatos novos que irão impactar no aumento da demanda de serviços em 2022: a volta da justiça gratuita e o quadro de juízes substitutos reduzido (atualmente são 39 cargos vagos e a previsão é chegar a 45 até o meio do ano).

- 1º grau - conhecimento: solucionados x conciliados – em relação a 2020, houve crescimento de processos solucionados de 27,16% e de processos conciliados de 19,76%.
  - A taxa de conciliação em relação aos solucionados foi de 39,32% em 2021, sendo que em 2020 foi de 41,75%, e isso se deu pelo fato de os solucionados terem aumentado de forma significativa em 2021, além das dificuldades, devido à pandemia, de as empresas fazerem acordos.
  - Ficou esclarecido que os processos solucionados englobam os casos novos + os processos antigos (acervo) e, ainda, que a solução de processos antigos impacta diretamente nos prazos médios.

- 1º grau - conhecimento: saldo de processos pendentes de solução até 31/12/2021. Foi mostrado o acervo por ano, considerando o ano de entrada.
  - Houve decréscimo de saldo, quando comparado com 2020, de 9,71%.
  - De 70439 processos pendentes de solução, 49043 é o saldo de processos que entraram em 2021, 10080 que entraram em 2020, 5352 entraram em 2019 e assim por diante. O saldo mais antigo é de 3 processos que entraram em 2010.

- 1º grau - conhecimento: prazo médio em 2021 do ajuizamento à prolação da sentença, quando comparado ao ano de 2020, teve um aumento de 9,19%.
  - A solução de processos antigos impacta negativamente no prazo médio.

- 1º grau – execuções iniciadas x execuções baixadas - em relação a 2020, houve decréscimo de execuções iniciadas de 3,95% e um aumento das execuções baixadas de 14,3%.

- 1º grau – execução: pendentes de baixa até 31/12/2021. Foi mostrado o saldo por ano, considerando o ano de entrada.
  - Houve decréscimo de saldo, quando comparado com 2020, de 17,12%.
  - De 110449 processos pendentes de baixa, 4653 é o saldo de processos que entraram em 2020, 11146 que entraram em 2020, 13437 entraram em 2019 e assim por diante. O saldo mais antigo é de 1 processo que entrou em 1979.
  - Os pendentes de baixa englobam os sobrestados.
  - O Secretário de Documentação ponderou que nos procedimentos de eliminação de processos de 1ª instância (físicos) ainda são identificados processos ainda com saldo de depósitos recursais e judiciais.

- 2º grau - distribuídos x solucionados – em relação a 2020, houve crescimento de processos distribuídos de 17,18% e de processos solucionados de 2,06%. Houve decréscimo da taxa de solução em relação a 2020.

- 2º grau - saldo de processos pendentes de solução até 31/12/2021. Foi mostrado o acervo por ano, considerando o ano de entrada.
  - Houve aumento de saldo, quando comparado com 2020, de 17,8%.
  - De 20392 processos pendentes de solução, 5958 é o saldo de processos que entraram em 2021, 4334 que entraram em 2020, 2847 em 2019 e assim por diante. O saldo mais antigo é de 2 processos que entraram em 1989.
  - Não engloba Recursos de Revista.
- 2º grau - prazo médio em 2021 da distribuição até o julgamento, quando comparado ao ano de 2020, teve um decréscimo de 20,88%.

- Houve questionamentos sobre a possibilidade de levantamento da listagem de processos que estão pendentes de solução. Foi dito que é possível obter a lista de processos, mas para saber a fase em que cada processo se encontra, seria necessário o apoio da TI ou a busca no Painel de BI da Meta 2.

3. Os **resultados da Estratégia (metas e indicadores nacionais até 31/12/2021)** foram apresentados pelo chefe da Seção de Planejamento e Estatística, Olavo de Oliveira Dantas, que esclareceu que, para o primeiro ano do ciclo 2021-2026, foram adotadas apenas as sete

Metas Nacionais aplicáveis ao Judiciário Trabalhista, aprovadas no XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário.

- A SEGE explicou que as informações apresentadas correspondem à última atualização dos dados nos sistemas e não equivalem, necessariamente, às informações constantes do Relatório de Gestão de 2021, apresentado ao TCU;

- OE3 – Garantir a duração razoável do processo
  - Meta 1 – julgar mais processos que os distribuídos – meta: julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente – resultado alcançado: 101,08% - cumprida;
  - Meta 2 – julgar processos mais antigos – meta: identificar e julgar pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus – resultado alcançado: 101,73% - cumprida;
  - Meta 5 – reduzir a taxa de congestionamento – meta: reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2019 - Meta 31,61%, sendo 40% na fase do conhecimento (cláusula de barreira) e 65% na fase de execução (cláusula de barreira) – resultado alcançado: 35,2% - cumprida, considerando a cláusula de barreira;

- OE5 – Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas
  - Meta 3 – estimular a conciliação (fase de conhecimento) – meta: aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em um ponto percentual, meta: 40% (cláusula de barreira) – resultado alcançado: 47,5% - cumprida;

- OE2 – Promover o trabalho decente e a sustentabilidade
  - Meta 9 – integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário – meta: realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU – resultado alcançado: 100% - cumprida, considerando a implantação do CODEX, programa de mineração de dados com base em algoritmos de pesquisa, bem como construção do Painel de *Business Intelligence* (BI) e realização de audiência pública virtual "Aprendizagem Profissional: Direito Fundamental e o Papel dos Sindicatos;

- OE9 – Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito regional
  - Meta 10 – saúde de magistrados e servidores – meta: realizar exames periódicos de saúde em 15% dos magistrados e 15% dos servidores e promover pelo menos uma ação com vistas a reduzir a incidência de casos

de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior – resultado alcançado: 100% - cumprida, considerando os projetos "Saudavelmente", a campanha "Janeiro Branco", sobre saúde mental, o curso "Yoga e Meditação", o programa de atendimento ergonômicos on-line e o Programa de Gestão de Riscos Psicossociais.

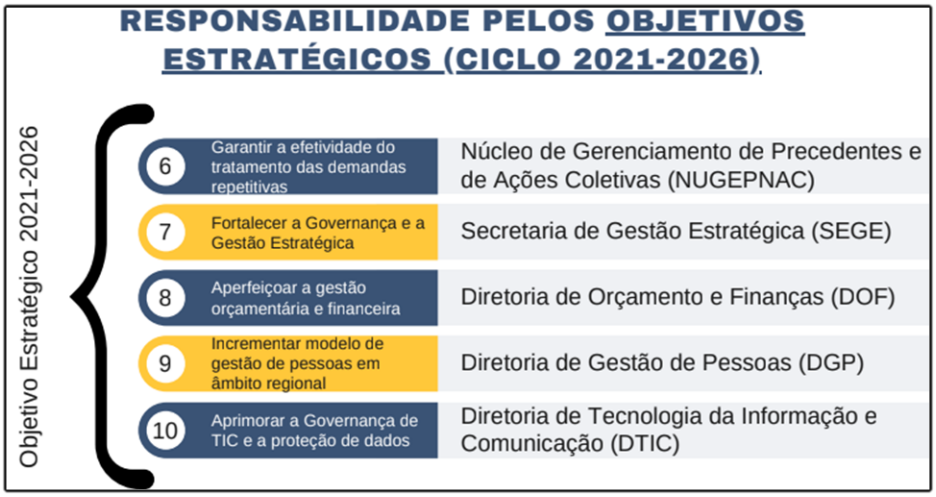
- Deliberação: Outras ações foram consideradas relevantes pelos membros para o atingimento do objetivo, e serão inseridas na apresentação: a *live* "Covid-19", com o infectologista Carlos Starling, a campanha "Cuidados com o coração durante a pandemia", a Semana de Valorização da Saúde e do Trabalho Seguro, além de outras iniciativas implementadas por meio do Subcomitê de Atenção Integral à Saúde.
- Foi evidenciada a relevância do trabalho executado pela Vice-Corregedoria, durante as correições, relacionado à conscientização de servidores e magistrados sobre: enfrentamento a problemas de saúde, importância dos exames periódicos disponibilizados pelo Tribunal, cuidados com problemas de estresse, ansiedade, saúde mental e odontológica.

- Meta 11 – aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica – meta: alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total – resultado alcançado: 100% - cumprida.

4. Os **responsáveis por objetivos estratégicos (ciclo 2021-2026)** foram validados.

- A SEGE falou sobre o lançamento de dois projetos - "Governança Aprimorada" e "Gestão Diamante", para os quais estão sendo feitos estudos de todos os itens relacionados ao Índice Integrado de Governança e Gestão (iGG), do TCU, e ao Prêmio CNJ de Qualidade, respectivamente, com o intuito de elaboração, por cada área responsável, de planos de ação para o efetivo alcance dos melhores resultados.

- A proposta apresentada pela SEGE de definição de unidades/gestores responsáveis por cada objetivo estratégico, meta e indicador, além de atender ao TCU, estimulará as unidades a proporem programas, projetos e/ou ações para alcance das metas, são elas:

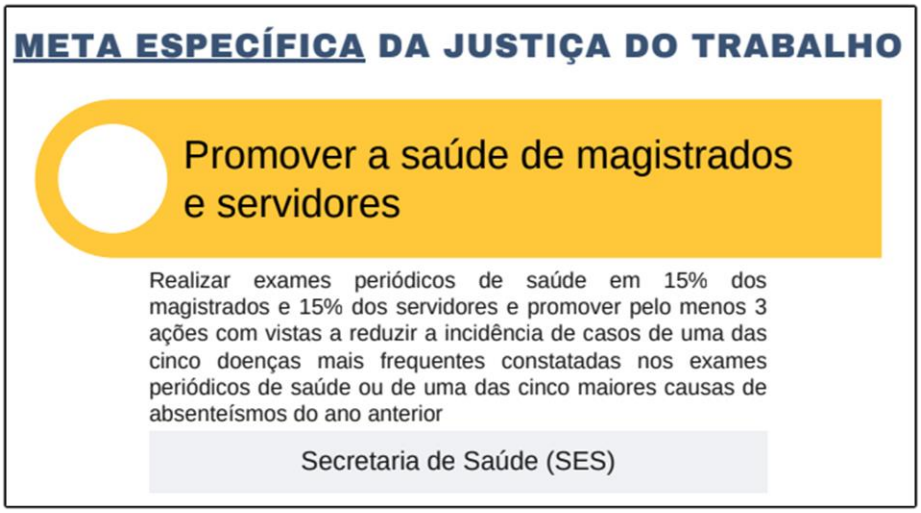


5. **Os responsáveis pelas Metas Nacionais** foram validados.
    - As responsabilidades pelas metas podem ser realizadas de forma conjunta, dependendo do caso. A cada biênio está prevista pelo CNJ a designação de um Gestor de Metas Regional que, no biênio atual, é o Desembargador Corregedor e será o responsável pelas metas já definidas na portaria de indicação. Mas, em matérias que extrapolam o âmbito de atuação do Corregedor, a SEGE propõe que alguns dos itens sejam feitos em parceria entre unidades.

    - Foi citada a troca da gestora regional do programa “Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem”. Na gestão passada, a Desembargadora Adriana Goulart de Sena Orsini atuou, mas pediu para ser substituída nesta gestão, assumindo a Desembargadora Jaqueline Monteiro Lima.

- Deliberação: diante da validação dos responsáveis, a SEGE fará as devidas comunicações aos magistrados e servidores das unidades respectivas.

dadm



- Uma meta específica da Justiça do Trabalho foi citada, qual seja, promover a saúde de magistrados e servidores – meta: realizar exames periódicos de saúde em 15% dos magistrados e 15% dos servidores e promover pelo menos 3 ações com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmo do ano anterior.

- Deliberação: informar aos membros as cinco maiores causas de absenteísmo do ano anterior.
  - Os 5 principais grupos de doenças em magistrados em 2021, foram:

- - B34: doenças por vírus
- - F33: transtornos depressivos recorrentes
- - F41: outros transtornos ansiosos
- - F32: episódios depressivos
- - F43: transtorno depressivo recorrente
- Os 5 principais grupos de doenças em servidores em 2021, foram:
  - - U07: COVID-19
  - - B34: doenças por vírus
  - - F32: episódios depressivos
  - - F41: outros transtornos ansiosos
  - - F33: transtornos depressivos recorrentes

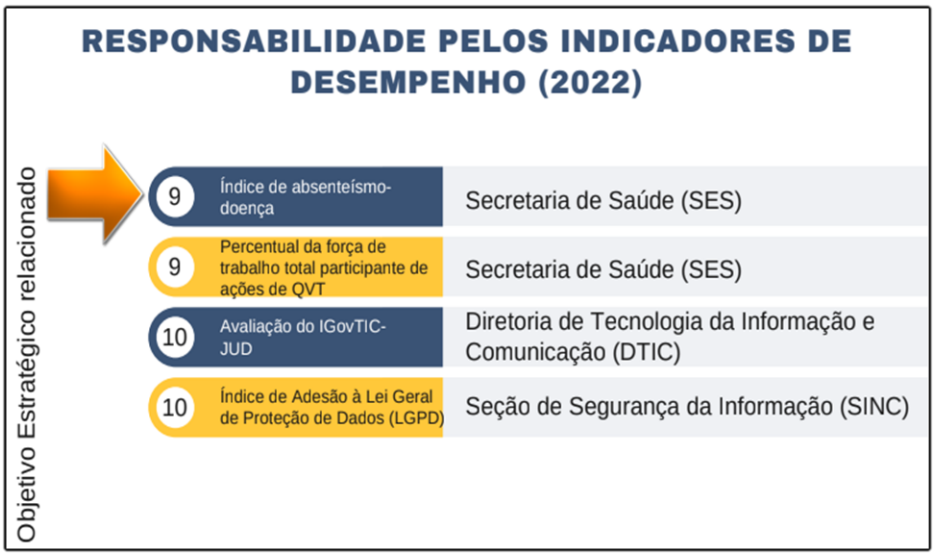
- A 2ª Vice-Presidente falou sobre a possibilidade de a Escola Judicial contribuir com o tema e colocou-se à disposição para colaborar. Foi explicado que a Desembargadora Denise Alves Horta não estará mais à frente do Subcomitê de Atenção Integral à Saúde, por razões particulares, e o Subcomitê será assumido pelo Desembargador Presidente, pelo menos neste primeiro semestre.

6. Os **responsáveis pelos indicadores de desempenho de 2022** foram mostrados.

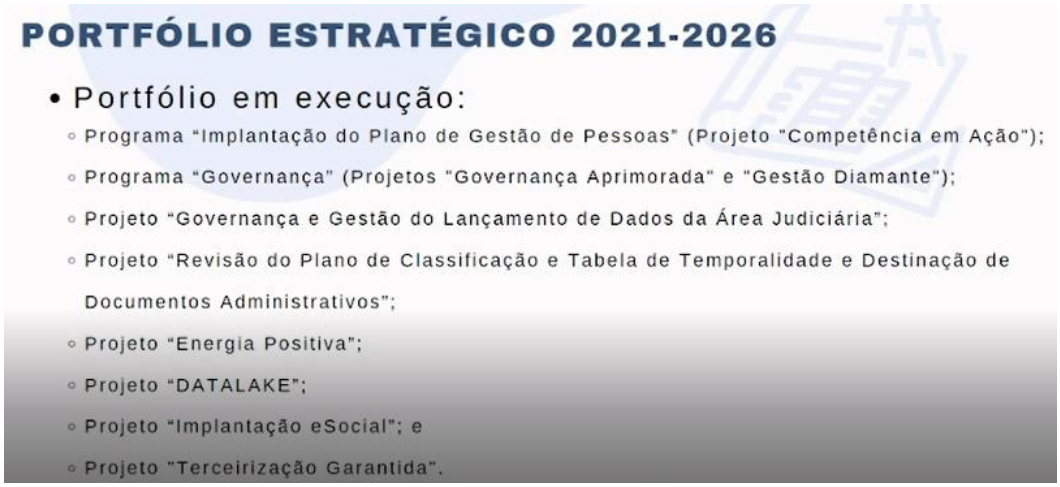
- A SEGE esclareceu que não é necessária a validação dos responsáveis pelos indicadores do Plano Estratégico Institucional (PEI) do Tribunal, a serem aferidos em 2022, já que houve aprovação em reunião do CGE ocorrida em 25/10/2021.

- A SEGE informou que as respectivas unidades serão contactadas em breve, a fim de se organizarem para a efetiva aferição dos indicadores de desempenho de 2022, a serem apresentados nas próximas RAEs, sempre com o apoio da Seção de Planejamento e Estatística da SEGE.

ATA DA 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2022
COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)



7. **Iniciativas estratégicas e acompanhamento do desempenho finalístico – EPRGOV**
    - O chefe do Escritório de Projetos, Riscos e Governança, Igor Daniel Costa Jones, apresentou o portfólio estratégico 2021-2026.



    - Foram destacados alguns projetos em andamento: Gestão Diamante, Energia Positiva, Governança e gestão do lançamento de dados da área judiciária e Implantação do eSocial (com entrave grave, considerando que a Coordenadoria de Projetos Nacionais comunicou aos regionais a impossibilidade de disponibilizar no SIGEP-JT todas as funcionalidades para cumprimento do cronograma oficial).

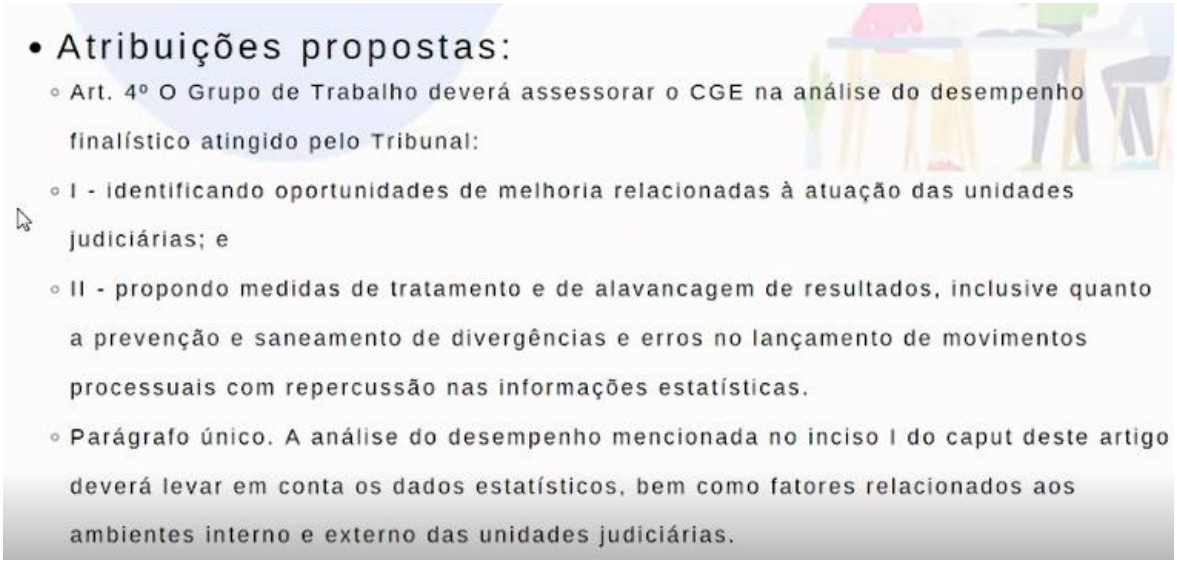
8. **Propostas de trabalho para acompanhar o desempenho finalístico do tribunal.**

    - Foi apresentada a proposta de criação do Grupo de trabalho (GT) a ser formado para acompanhar o desempenho finalístico do Tribunal. A ideia é que o GT analise os resultados estatísticos em momento anterior, e apresentar propostas de melhoria a serem apreciadas e aprovadas durante as RAEs.

    - A intenção é alinhar as propostas com as atividades que a Corregedoria já exerce quando do acompanhamento das Varas do Trabalho, de forma complementar, visando ao aprimoramento contínuo.

    - O GT será coordenado pelo Desembargador Corregedor. Caberá à SEGE o trabalho de organização administrativa e de proporcionar os dados estatísticos em formato direcionado às necessidades do trabalho. Já as atividades de análise, discussão e identificação de oportunidades de melhoria ficarão com os servidores envolvidos nos assuntos finalísticos.

- Deliberação: A SEGE foi autorizada pelos membros a encaminhar às unidades as sugestões dos nomes que irão compor o GT para validação. Assim que finalizada a composição, será submetida à aprovação do Corregedor e do Presidente.



Considerações finais

O coordenador do Comitê de Governança e Estratégia (CGE), Desembargador-Presidente Ricardo Antônio Mohallem, encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos e mencionou que este foi o primeiro encontro do colegiado temático após o Tribunal Pleno aprovar as alterações promovidas na Resolução GP n. 179/2021, ato instituidor do CGE, observada igualmente a Portaria GP n. 104/2022, que manteve a designação dos integrantes indicados ou eleitos até o fim do mandato da atual gestão do Tribunal.
O material apresentado na reunião será disponibilizado no Portal da Gestão Estratégica, após a validação desta ata de reunião.

Para constar, eu, Ludmila Azalim Rodrigues da Costa, analista judiciária, lotada na Secretaria de Gestão Estratégica, lavrei esta ata.

PLANO DE AÇÃO		
O QUE?	**QUEM?**	**QUANDO?**
Encaminhar aos membros os resultados comparativos de 2016-2017-2018- 2019-2020-2021	SEGE	Imediato (encaminhado, via email, em 4/4/2022)
Encaminhar aos membros as ações adotadas que contribuíram para os resultados das metas em 2021	DJ	Imediato (encaminhado, via email, em 5/4/2022)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

ATA DA 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2022
COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)

PLANO DE AÇÃO		
O QUE?	**QUEM?**	**QUANDO?**
Inserir na apresentação desta reunião, outras ações foram consideradas relevantes para o atingimento do objetivo	SEGE	Imediato (executado)
Comunicar aos magistrados e servidores das unidades respectivas as responsabilidades pelos objetivos, metas e indicadores	SEGE	Após assinatura desta ata
Encaminhar aos membros as cinco maiores causas de absenteísmo do ano anterior.	SEGE	Imediato (já registradas na presente ata)
Encaminhar às unidades as sugestões dos nomes que irão compor o GT para validação. Assim que finalizada a composição, submeter à aprovação do Corregedor e do Presidente	SEGE	Em 10 dias

MEMBROS DO COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)

1	Desembargador Ricardo Antônio Mohallem	Presidente	Presente
2	Desembargador César Pereira da Silva Machado Júnior	1º Vice-Presidente	Presente
3	Desembargadora Rosemary de Oliveira Pires Afonso	2ª Vice-Presidente	Presente
4	Desembargador Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto	Corregedor	Ausente, em viagem de correição
5	Desembargador Manoel Barbosa da Silva	Vice-Corregedor	Presente
6	Desembargador Luiz Otávio Linhares Renault	Desembargador Decano	Presente
7	Desembargadora Denise Alves Horta	Desembargadora indicada pelo Presidente	Presente
8	Desembargador Antônio Gomes de Vasconcelos,	Desembargador indicado pelo Presidente	Ausente
9	Juiz Henrique Macedo de Oliveira	Coordenador do Singespa	Ausente
10	Carlos Athayde Valadares Viegas	Diretor Geral	Presente
11	Telma Lucia Bretz Pereira	Diretora Judiciária	Presente
12	Ludmila Pinto da Silva	Secretária Geral da Presidência	Presente
13	Gabriela Moraes Lopes	Servidora eleita	Presente
14	Cristiano Barros Reis	Servidor eleito	Presente
15	Ricardo de Freitas Paixão	Servidor eleito	Presente

	PODER JUDICIÁRIO **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO** **Secretaria de Gestão Estratégica**

ATA DA 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2022
COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)

SECRETARIA EXECUTIVA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)

1	Patrícia Helena dos Reis	Secretária de Gestão Estratégica	Presente

OUTROS PARTICIPANTES
Renato de Paula Amado – Juiz Auxiliar da Presidência
Juiz Jésser Gonçalves Pacheco – 5ª Vara do Trabalho de BH (representando o Juiz Henrique Macedo de Oliveira)
Raquel de Andrade Gomes – Gabinete do Desembargador Luiz Otavio Linhares Renault
Christiane Dominique Kunzi - Secretaria de Gestão Estratégica
Fábio Avelar Peixoto - Secretaria de Gestão Estratégica
Flávia Vieira Zamboni - Secretaria de Gestão Estratégica
Igor Daniel Costa Jones - Secretaria de Gestão Estratégica
Ludmila Azalim Rodrigues da Costa - Secretaria de Gestão Estratégica
Olavo de Oliveira Dantas - Secretaria de Gestão Estratégica
Rainier Felipe Lacerda de Andrade - Secretaria de Gestão Estratégica
Thais da Costa Cruz - Secretaria de Gestão Estratégica
Victor Aubin Verzani de Souza - Secretaria de Gestão Estratégica

RICARDO ANTONIO MOHALLEM:3083595

Assinado de forma digital por RICARDO ANTONIO MOHALLEM:3083595
Dados: 2022.09.02 16:56:06 -03'00'

RICARDO ANTÔNIO MOHALLEM
Desembargador Presidente
Coordenador do Comitê
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

	PODER JUDICIÁRIO **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO** **Secretaria de Gestão Estratégica**
ATA DA 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2022 **COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)**	

Reunião da Comitê de Governança e Estratégia (CGE) - Imagens da reunião

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

ATA DA 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2022
COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)